

Trajatória histórica da classificação: mudança do status de arte para ciência

Midinai Gomes Bezerra (UFRN) - midnightb@hotmail.com

Bruna Laís Campos do Nascimento (UFRN) - brunalays2009@hotmail.com

Malkene Wytiza Freire e Medeiros Noronha (UFRN) - malw8@hotmail.com

Maria Gersomara de Carvalho Sousa (UFRN) - mariagersomara@hotmail.com

Vanusia Edna Leite de Lima (UFRN) - vanusiavanu@hotmail.com

Resumo:

Apresenta a trajetória histórica das classificações bibliográficas abordando o momento em que esta progrediu do status de arte para o de ciência. Conceitua a classificação como o ato de arranjar em classes, por em ordem ou arrumar. Enfoca que desde a mais remota antiguidade, os autores dos sistemas de classificação bibliográfica buscaram inspiração e modelo nas classificações filosóficas. Examina algumas contribuições básicas à classificação e sua utilização através dos tempos, em sistemas de organização e transmissão do conhecimento humano. Conclui que pesquisas e estudos feitos sobre todo o desenvolvimento das classificações, não foram suficientes, ao ponto de que novas pesquisas sejam desenvolvidas posteriormente.

Palavras-chave: *Classificação. Classificação bibliográfica. História das classificações.*

Área temática: *Temática III: Bibliotecas, serviços de informação & sustentabilidade*

Trajétoria histórica da classificação: mudança do status de arte para ciência

RESUMO:

Apresenta a trajetória histórica das classificações bibliográficas abordando o momento em que esta progrediu do status de arte para o de ciência. Conceitua a classificação como o ato de arranjar em classes, por em ordem ou arrumar. Enfoca que desde a mais remota antiguidade, os autores dos sistemas de classificação bibliográfica buscaram inspiração e modelo nas classificações filosóficas. Examina algumas contribuições básicas à classificação e sua utilização através dos tempos, em sistemas de organização e transmissão do conhecimento humano. Conclui que pesquisas e estudos feitos sobre todo o desenvolvimento das classificações, não foram suficientes, ao ponto de que novas pesquisas sejam desenvolvidas posteriormente.

Palavras-chave: Classificação. Classificação bibliográfica. História das classificações.

Área Temática: Temática III: Bibliotecas, serviços de informação & sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O homem desde a história primitiva demonstra a necessidade de registrar seus feitos, descobertas e história; debruçar-se sobre livros de história mostrará que em suportes rudimentares como rochas e tábuas, a história da humanidade começou a ser escrita através de pinturas rupestres. Desta forma, começa a odisséia da evolução humana que, em sua plasticidade e capacidade intelectual passa a desenvolver novos suportes, para efetuar seus registros; surge na Grécia o Pergaminho, no Egito o papiro, e por fim na China, o papel.

O conhecimento passa então a ser reproduzido através de monges copistas, sendo o acesso ao mesmo restrito aos nobres. Com o advento das grandes navegações e invenção da imprensa de Johann Gutenberg, feito que propiciou a democratização do conhecimento, essa reprodução passou a ser feita em larga escala e, posteriormente difundida para outros continentes inseridos nas rotas mercantilísticas. Sendo assim, surge então à necessidade de elaborar uma metodologia para organizar toda essa produção bibliográfica de forma que facilite o acesso e recuperação de tais conhecimentos.

Inicialmente pensada por filósofos, classificar configurava-se em uma arte que foi empregada de várias maneiras, numa tentativa de acompanhar o desenvolvimento do conhecimento humano. Há indícios de que só após 1491, iniciaram-se estudos para elaboração de sistemas de classificação que fomentaram a aquisição de base teórica por parte da classificação, o que a elevou da posição de arte para ciência.

Mediante tais considerações surge a necessidade de aprofundar-se nos trabalhos elaborados por alguns autores sobre essa temática, objetivando atualizar e fomentar *aport* teórico não só para futuros bibliotecários como também para profissionais de informação ativos em nossos dias.

2 CLASSIFICAÇÃO EM GERAL

A classificação surgiu a partir da necessidade da organização de livros, visando facilitar a localização e conseqüentemente sua busca.

A classificação é um sistema de símbolos representativos dos ramos do conhecimento usados nas bibliotecas e noutros serviços de documentação para distribuir em classes, subclasses, etc., de acordo com os respectivos assuntos, as notícias de uma biblioteca, filmografia, etc., e as fichas de um catálogo, bem como os livros, filme, etc., nos lugares onde são depositados. (Aurélio, 2004 *apud* Fernandez, 1979, p. 255).

Classificar é organizar em classes. Se analisarmos o que se pode ser organizado em classes, logo qualquer coisa no mundo faz parte de alguma classe, e que, portanto tudo é classificável. Uma classe consiste de um número de elementos quaisquer que possuem alguma característica em comum, pela qual ao mesmo tempo constitui a sua própria unidade.

A determinação e a seleção das classes estão compreendidas em um esquema de classificação, essencialmente relacionadas com as necessidades de utilização de cada esquema. De acordo com Fernandez (1976, p. 257) a classificação é sempre encarada como um modo fundamental de pensamento e operação, isto é, um processo mental, processo este que se manifesta no ser humano desde os seus primeiros momentos de vida.

As sociedades primitivas tinham necessidade de uma classificação simples, prática e óbvia dos utensílios de uso freqüente para a agricultura, pesca, caça e guerra por questões de sobrevivência, segurança e preservação. Diferentemente dessas sociedades primitivas as sociedades modernas possuem necessidades de classificar objetos e idéias de forma bem mais complexa.

A classificação passou por um longo processo evolutivo, onde o homem em meio as suas necessidades de organização elaborou sistemas que facilitassem a localização dos objetos.

3 HISTÓRICO DAS CLASSIFICAÇÕES

A arte de classificar constitui-se em algo inerente a existência humana, assim sendo é possível afirmar que classificar é uma atividade tão antiga quanto à humanidade; porém a aquisição de base teórica se deu recentemente, essa foi à força propulsora para elevá-la a condição de ciência.

À medida que o conhecimento humano se expandia, sendo a classificação ainda percebida como arte; o ato de classificar foi aplicado de distintas maneiras, como pode ser visto em todos os arranjos sistemáticos que entraram na composição dos trabalhos de grandes filósofos, referencie-se o Indic Vedas, Bíblia, as enciclopédias do egípcio Amenope (1250 a.C) e de Caius Plinius Secundus (23-79 d.C) bem como as grandes enciclopédias da Idade Média, na qual se destacaram as de Isidro de Sevilla, Vincent de Beauvais, Bartholomaeus Anglicus, Brunetto Latini e as da Renascença onde temos as enciclopédias de Georg Valla, Rafael Maffei, Johann Heinrich Alsted, Wolfgang Ratke. Todos esses foram organizadas segundo uma idéia pré-concebida. Nessa fase da historia da classificação, a última enciclopédia lançada foi a Diderot e d’Alembert (1751-1780) que além de ser sistematizada era também disposta em ordem alfabética.

No princípio a sistematização do conhecimento não se dava tal qual conhecemos hoje, a classificação das ciências não era elaborada com um fim em si mesmo. Há indícios de que a elaboração de sistemas de classificação passou a ser executado após 1491, ano em que se deu a publicação do Panepistemon, da autoria do humanista e poeta italiano Angelo Poliziano; que consistia num plano para mostrar de forma esquematizada as relações entre as ciências. Alguns cientistas

tentaram tal feito, porém nenhum de modo tão expressivo quanto Francis Bacon que em 1605 elaborou um plano de classificação das ciências intitulado 'De dignitate et augmentis scientiarum'. No entanto, tal arte só veio a ser considerada classificação no fim do século XVIII, o que se evidencia mediante o uso da terminologia em títulos de livros relacionados à apresentação de um plano para a classificação das ciências e livros. Avançando um pouco no tempo vemos que elaborar planos de classificações consistia em hobby para filósofos, cientistas; referencie-se o físico A. M. Ampère; esses trabalhos inspiraram os bibliotecários a construir continuamente novos sistemas para a organização dos conteúdos de suas coleções de livros.

A elaboração de sistemas com idéia intuitiva sobre divisões, prioridade no arranjo, hierarquias, subordinações e por fim auxiliares era tido como teoria da classificação até pouco tempo, situação refletida na obra do bibliotecário e historiador da classificação russo E. T. Samurin que dedicou vinte anos à coleta e interpretação de sistemas de classificação universal da sua época.

No século XVI, o filósofo italiano Mario Nizolio já questionava a linha que defendia a apresentação das ciências num plano global, o que pressupunha que deveriam ser consideradas sob vários aspectos. Em 1553 escreveu um tratado intitulado 'Antibarbarus philosophicus' que continha sugestão para a classificação das áreas do conhecimento, porém não relacionava nenhuma ciência que ocorresse em várias vertentes, ao contrario de J. Huarte que estabelece distinção entre ramificações de cada área.

Anos depois Ampère embrenhou-se numa investigação teórica de tais sistemas, informando em sua classificação que ao tentar determinar características distintas para a definição e classificação das ciências, se faria necessário observar tanto a natureza dos objetos a qual eles se relacionam, quanto os pontos de vista sob os quais eles podem ser considerados.

Alguns teóricos como I. G. de Saint-Hilaire tentaram demonstrar de forma diagramática a diversidade dos aspectos, como prova a 'Classificacion Parallélique. Henry Evelelyn Bliss foi o primeiro bibliotecário a considerar a teoria subjacente em suas discussões. Após 1910, Bliss publicou dois famosos livros onde demonstrava preocupação com os fundamentos filosóficos sobre classificação, em um terceiro

livro tentou hibridar o conhecimento científico sobre classificação com a necessidade de dispor em estantes os livros de uma biblioteca.

Bliss mostrou os diferentes aspectos de cada área de forma diagramática, levando em conta aspectos filosóficos, científicos, histórico e tecnológico/artístico, em seu sistema final de classificação. Porém, o que fazia de fato era re-arrumar as áreas apresentadas bi-dimensionalmente em apenas um nível hierárquico, objetivando a brevidade e fácil arrumação dos livros nas estantes, não tendo descoberto nem tão pouco formulado novos conceitos a cerca da teoria da classificação. Seu legado na verdade foi ter posto a classificação bibliográfica novamente em contato com os princípios filosóficos de classificação, quais sejam, os fundamentos conceituais da formação, divisão e partição de classes.

3.1 CONTRIBUIÇÃO DE RANGANATHAN

A leitura dos três livros publicados por Bliss motivou Ranganathan (matemático e posteriormente bibliotecário) a formular também uma teoria para os sistemas de classificação, a qual batizou de teoria de Classificação dos Dois Pontos e apresentou no livro 'Prolegomena to library classification'. Porém, anteriormente a isso, já havia sido editada a Classificação dos Dois Pontos que era basicamente fundamentada em bases intuitivas, só após a elaboração da teoria o bibliotecário passa a formular regras, enunciar cânones e postulados que fomenta a extração de princípios e os lançamentos dos processos para a formação de representações dos conceitos a nível teórico.

Sob essa perspectiva, pode-se dizer que Ranganathan 'matematizou' a classificação, apesar da matemática não ter sido utilizada quantitativa ou estatisticamente, assemelhava-se na abordagem do filósofo alemão G. W. Leibniz, que além de apresentar as bases do cálculo integral, dedicou-se a procura de um novo tipo de matemática qualitativa. O que pode-se comprovar mediante a leitura de sua dissertação 'De arte combinatoria' (1666), onde o filósofo buscava uma caracterização universal, uma linguagem conceitual para o mundo. Com esses trabalhos influenciou G. Frege em sua lógica predicativa e Begriffsschrift e também boa parte da lógica moderna.

Leibniz iniciou a busca, mas possivelmente foi Ranganathan quem descobriu a nova matemática qualitativa, que possibilitaria a análise dos assuntos e divisão de seus elementos constituintes para em seguida, formular e formalizar através de fórmulas e facetas enunciados sobre os assuntos encontrados nos livros e outros suportes. São as regras para os processos representativos dos elementos da notação, que substituem os conceitos dos assuntos.

Diferente de todas as classificações anteriores, o sistema elaborado por Ranganathan não usava bases pré-estabelecidas, e sim criava classes a partir da análise dos livros, mediante os elementos conceituais dos assuntos e síntese das regras das formulas de facetas ligadas as disciplinas. Embora isso significasse que o número de classes geradas poderia ser igual ao número de exemplares da biblioteca, caso sua coleção fosse diversificada, pois segundo a síntese dos livros, apenas dois exemplares poderiam pertencer à mesma classe.

Os três importantes fatores a serem considerados em relação à contribuição de Ranganathan a moderna teoria da classificação, são a introdução dos três níveis com os quais trabalham os classificacionistas e classificadores, sendo eles: o plano da idéia (nível das idéias, conceitos); plano verbal (nível da expressão verbal dos conceitos, esses podem variar segundo a língua utilizada); plano notacional (nível da fixação dos conceitos em formas abstratas, tais como sinais), que facilitou o entendimento do que pode ser considerado como objeto da ciência da classificação.

Em seguida temos a abordagem analítico-sintética para identificação dos assuntos, a qual implica que cada documento pede uma análise do seu titulo ou um enunciado descritivo da ciência a qual pertence. Após esse procedimento sintetiza-se em expressões combinatórias que formam a classe, seguindo a seqüência PMEST (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo) servindo para a representação dos assuntos e ordenação dos conceitos de uma disciplina em classes de acordo com as categorias existentes nessa disciplina.

A terceira contribuição são os princípios para a seqüência útil contido em seus dezoito princípios, para o arranjo de elementos de facetas, que claramente delineados são importantes ferramentas para avaliação de sistemas de classificação.

Para analisar a influência de Ranganathan devem-se considerar mais o trabalho desenvolvido por ele do que as contribuições explicitadas acima,

mensurando a Classificação dos Dois Pontos que até hoje pode ser utilizada como um modelo para desenvolvimento de um novo sistema universal de classificação facetada. Com o advento da segunda guerra mundial, seu trabalho foi largamente disseminado no mundo ocidental, em especial na Inglaterra que a partir de 1950 passou a elaborar sistemas de classificação facetada para áreas específicas do conhecimento, e posteriormente, no início da década de 60 contribuiu para o confecção do thesauri que resultou no Thesaurofacet.

Os sistemas de classificação facetada foram elaborados com e sem fórmulas de faceta e citação, sendo considerada inflexível para a expressão dos assuntos por B. C. Vickery, que sugeriu uma ordem de citação padronizada mais flexível e generalizada composta pelos seguintes elementos: Coisa, Parte, Propriedade, Processo, Operação e Agente.

Discussões a cerca desses problemas não se esgotaram, questionamentos sobre uma apresentação sintática ordenada de frases para expressar os assuntos contidos nos documentos, estão também inclusas no sistema de indexação PRECIS de D. Austin, que utiliza operadores de função (Role Operators) para identificar elementos sintáticos de frases e representação no índice de assuntos de British National Bibliography e outros serviços de informação que já adotaram tais sistemas.

4 EXPOSIÇÃO DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

Apresentaremos algumas contribuições básicas à classificação e sua utilização através dos tempos em sistemas de organização e transmissão do conhecimento humano. Vários são os teóricos que contribuíram para o desenvolvimento da classificação, entretanto enfatizaremos apenas alguns e suas contribuições.

4.1 ARISTÓTELES

Iniciaremos com o exame da contribuição de Aristóteles, o qual determinou as diretrizes do conhecimento por mais de dois mil anos. Apresentaremos a seguir as três contribuições aristotélicas.

4.1.1 Distinção entre o aspecto formal e o aspecto material do ser

Segundo Schereiner (1976, p. 190), um dos mais significativos legados de Aristóteles foi à distinção entre o aspecto *formal* e o aspecto *material* do ser. Vejamos, primeiramente, as *dez categorias* que se referem à *determinação formal do ser*. Elas são:

Substância, Quantidade, Qualidade, Relação, Lugar, Tempo, Posição, Estado, Ação e Sofrimento da ação.

Estas são as formas sob as quais se apresenta o ser, especificamente, uma substância e nove acidentes. O número de categorias não é tão importante como a diferença que deve ser estabelecida entre a primeira e as nove restantes. Substância é a mais importante, pressuposta por todas as outras, que nada mais são do que suas características ou propriedades. (SCHEREINER 1979, p. 190).

As dez categorias têm importante caráter classificatório e foram usadas em vários sistemas de organização do conhecimento, como:

1 - Na *Ars Magna* (1272) de Raimundus Lullus (1232-1315), que "consiste em nada mais do que - como um método lógico-mecânico -, distribuir os conceitos em determinados lugares e combiná-los de uma forma definida para encontrar, imediatamente após, o que se pode dizer sobre um objeto ou como um dado problema pode ser resolvido.

2 - Na *linguagem filosófica* (1668) de John Wilkins (1614-1672), um sistema para a ordenação de todo o vocabulário científico da língua inglesa.

3 - No *Thesaurus of English words and phrases* (1852), de Peter Mark Roget (1779-1869), uma classificação do vocabulário geral da língua inglesa, de acordo com uma sistemática categorial.

4 - Na *Colon Classification* (1933), de S. R. Ranganathan (1892-1972) é baseada no princípio analítico-sintético, em oposição ao princípio hierárquico-enumerativo, analisando o assunto em seus elementos constituintes fundamentais, formais e materiais, que são os únicos representados nas tabelas, e prevendo a síntese destes elementos, através de símbolos de conexão e relação apropriados, de acordo com o conteúdo dos documentos a serem classificados.

Passemos agora a examinar os *cinco níveis* do ser, que se referem ao seu aspecto *material*. Eles são:

Natureza morta

Seres vivos

vegetais

animais

Seres intelectuais

Seres divinos

Da mesma forma que as dez categorias, esta concepção da natureza como um sistema de níveis é básica na teoria da classificação aparecendo implícita ou explicitamente em vários sistemas. Mais recentemente, esta teoria foi adotada pelo Grupo de Pesquisa em Classificação de Londres, pela Encyclopaedia Britannica e por I. Dahlberg, em seus sistemas para organização do conhecimento.

4.1.2 Os cinco predicados aristotélicos

Os *cinco predicados* - gênero, espécie, diferença, propriedade, acidente - e a *classificação dicotômica* do conhecimento constituem a terceira contribuição de Aristóteles que examinaremos.

Gênero é uma classe de objetos que possuem um determinado número de características em comum. Além destas, se levarmos em consideração mais uma, chamada diferença, podemos dividir o gênero em duas partes, chamadas espécies, de acordo com a presença ou não desta última característica. Uma espécie, portanto, possui uma diferença específica que a distingue de seu gênero próximo. Propriedade é uma característica essencial a um conceito, inerente a ele. Acidente é uma qualidade ou circunstância que pode ou não estar presente em um conceito. (SCHEREINER, 1979, p. 195).

Porfírio representou a relação gênero-espécie em sua famosa "árvore". Partindo de uma categoria geral, substância, por exemplo, podemos dividi-la sucessivamente de acordo com a presença ou não das seguintes características - corpo, vida, alma, razão, morte - e chegar a um conceito individual, como Sócrates. (SCHEREINER, 1979, p. 195).

A classificação do conhecimento baseada no princípio de relação gênero-espécie implica na escolha arbitrária de uma característica como diferença, sendo todas as demais abstraídas, não importando sua relevância para outras formas de

abordagem do conhecimento e resultando em uma classificação rigidamente mono hierárquica que de forma alguma corresponde à complexidade da natureza. As classificações bibliográficas universais, entretanto, repousam todas elas sobre os cinco predicados aristotélicos. A CDU procurou atingir maior flexibilidade através do uso de sinais de relação, divisões comuns e divisões analíticas, mas o resultado, lamentavelmente, foi uma magnificação dos defeitos herdados da CDD. A relação gênero-espécie, entretanto, continua sendo princípio válido e muito utilizado para subdivisão de uma faceta ou categoria formal nas modernas classificações facetadas.

4.1.3 Esquema tripartitivo de classificação

A última contribuição de Aristóteles que examinaremos é o seu *esquema tripartitivo de classificação*. Aristóteles dividiu o conhecimento em

Ciências teóricas

Ciências práticas e

Ciências produtivas

Possivelmente de acordo com as capacidades do homem de pensar, agir e fazer, respectivamente.

4.2 FRANCIS BACON

A grande contribuição da Renascença para a classificação foi à vasta sistematização do conhecimento de sua época, realizado por *Francis Bacon* (1561-1626) com uma minúcia até então inexistente nas classificações filosóficas. Em suas obras *The Advancement of science* (1605) e *De augmenti scientiarum* (1623), como já dito anteriormente, ele não só classifica e define todas as áreas do saber, como também indica as cobertas por pouco trabalho humano, apontando, assim, para áreas de pesquisa em potencial. Sua detalhada classificação foi à base de vários instrumentos destinados à organização e transferência do conhecimento. Diderot e d'Alembert organizaram sua enciclopédia de acordo com o esquema de Bacon, que no fim do século 19 era quase que universalmente adotado. Foi, entretanto, sua adaptação ao sistema decimal em 1876 por Melvil Dewey (1851-1931) que o

estabeleceu definitivamente como uma das mais fortes influências na classificação bibliográfica.

4.3 RANGANATHAN

Ranganathan representou um marco na história da classificação bibliográfica, apesar das muitas e verdadeiras críticas que lhe são apontadas e do pequeno número de usuários de sua Colon Classification.

A *Colon classification* (1933) de S. R. Ranganathan (1892-1972) é algo totalmente novo no campo da classificação bibliográfica. É baseada no princípio analítico-sintético, em oposição ao princípio hierárquico-enumerativo, analisando o assunto em seus elementos constituintes fundamentais, formais e materiais, que são os únicos representados nas tabelas, e prevendo a síntese destes elementos, através de símbolos de conexão e relação apropriados, de acordo com o conteúdo dos documentos a serem classificados.

4.4 GRUPO DE PESQUISA EM CLASSIFICAÇÃO DE LONDRES

Os trabalhos do Grupo de Pesquisa em Classificação de Londres partiram dos ensinamentos de Ranganathan, apesar de seus membros terem tomado um curso diverso de seu mestre.

Segundo Schereiner (1979, p. 199), em 1963, o Grupo de Pesquisa em Classificação de Londres decidiu as bases para a elaboração de uma classificação universal, ela deveria ser facetada e as classes principais não seriam formadas de acordo com as disciplinas tradicionais – uma das falhas apontadas ao sistema de Ranganathan – mas o conteúdo destas é que seria ordenado de acordo com a teoria dos níveis integrativos.

5 CLASSIFICAÇÃO EM BIBLIOTECAS

A finalidade da classificação em bibliotecas é organizar o conhecimento, seja ele apresentado em livros ou em outro tipo de meio, a fim de facilitar sua busca para que ele seja utilizado como fonte de informação.

A função da classificação em bibliotecas não está associada simplesmente em acondicionar documentos em estantes através de sistemas fixos. Está também relacionada com a elaboração de cabeçalhos de assuntos em catálogos, índices e bibliografias.

As técnicas de organização do conhecimento em bibliotecas sofreram uma evolução ao longo do tempo para satisfazer a diferentes necessidades. Devido à produção dos documentos serem manuscritos, o número era bastante reduzido, o universo do conhecimento também era restrito. Uma classificação simples e prática desses documentos satisfaziam as necessidades dos usuários, que eram poucos e bem homogêneos, soberanos e religiosos. (FERNANDEZ, 1979, p. 265).

As classificações eram baseadas em características acidentais dos documentos (tamanho, cor, tipo de encadernação, data de publicação) ou critérios utilitários (autor ou título). Refletiam essencialmente os hábitos dos proprietários dos documentos, atendendo perfeitamente as necessidades de informação da época.

6 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO FUTUROS EM CLASSIFICAÇÃO

De acordo com o exposto anteriormente, podemos perceber que as pesquisas e estudos feitos sobre todo o desenvolvimento das classificações, não foram suficientes, ao ponto de que novas pesquisas sejam desenvolvidas posteriormente. Como declara Dahlberg,

A existência, hoje em dia, de uma teoria da classificação capaz de explicar uma quantidade de fatores anteriormente desconhecidos, ou conhecidos apenas intuitivamente, não significa que novas pesquisas sejam desnecessárias. Possuímos, pelo contrário, agora os instrumentos que nos permitirão avaliar os sistemas de classificação existente, determinar com exatidão o que era certo ou errado, e saber como os sistemas de classificação podem ser aperfeiçoados. (DAHLBERG, 1979, p. 365).

Como o próprio Dahlberg descreve, as novas pesquisas deveriam ser orientadas para análises de conceitos, análises de valência dos verbos nas diferentes línguas e em diferentes áreas do conhecimento, tipologia das estruturas de frases classificatórias, comparações entre conceitos com o auxílio de definições, metodologia para o estabelecimento de tabelas de correlações entre conceitos em

diferentes áreas do conhecimento; determinação de formas de notação para campos de aplicação variáveis; determinação de estruturas sintáticas notacionais para a formação de representações expressivas de conceitos e identificação de problemas organizacionais e relacionados com os usuários.

Conforme Dahlberg sugere-se que além de trabalhos mais avançados na pesquisa de classificação, dever-se-ia desenvolver uma nova consciência geral das potencialidades da classificação, sobretudo no interesse da economia não só intelectual como também material.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu o conhecimento sobre a classificação bibliográfica universal do conhecimento, mostrando que é imprescindível tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista prático.

O tema em foco discorreu sobre a trajetória histórica das classificações bibliográficas, desde que esta configurava-se em uma arte que foi empregada de várias maneiras, até o momento em que progrediu do status de arte para o de ciência. Aborda ainda que desde a mais remota antiguidade, os autores dos sistemas de classificação bibliográfica buscaram inspiração e modelo nas classificações filosóficas. Além disso, Examinou-se algumas contribuições básicas à classificação e sua utilização através dos tempos, em sistemas de organização e transmissão do conhecimento humano. Como também, enfoca a classificação como um processo fundamental da natureza humana, considerando sua penetração e função em nossas atividades diárias.

Sendo assim, a partir desta análise pode-se concluir que, as classificações estão cada vez mais sendo usadas, devido ao crescimento constante de informações e as novas tecnologias. O sistema de classificação mesmo sendo tão antigo, condiz com as necessidades da recuperação e organização das informações, logo, ele continua sendo útil.

REFERÊNCIAS

DAHLBERG, Ingetraud. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1976, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT/ABDF, 1979. p. 352-370.

FERNANDEZ, Rosali P. Classificação: um processo fundamental da natureza humana. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1976, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT/ABDF, 1979. p. 255-267.

FONSECA, Edson Nery da. Apogeu e Declínio das Classificações Bibliográficas. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1976, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT/ABDF, 1979. p.115 – 123.

SCHEREINER, Heloisa Benetti. Considerações históricas acerca do valor das classificações bibliográficas. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1976, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT/ABDF, 1979. v. 1, p. 190-203.